

PROCESSO Nr. 01410.000094/2007-32

ASSUNTO: Proposta de tombamento de geoglifo do sítio arqueológico Jacó Sá, no município de Rio Branco, Acre.

HISTÓRICO

Nos anos 70 do século passado, o avanço do desmatamento, no Acre, em benefício da atividade agropecuária, ironicamente provocou a revelação de um tipo de sítio arqueológico formado por figuras geométricas desenhadas com sulcos na terra, e que até então estava encoberto pela vegetação florestal. O arqueólogo Ondemar Dias, da UFRJ foi o primeiro a notá-los, em 1997; em 2000 o paleontólogo da UFAC Alceu Ranzi passou a se interessar sistematicamente pelo assunto. Em 2007 a situação de risco desses sítios começou a se agravar e motivou uma recomendação de tombamento por parte da Procuradoria Geral da República. Após superação de mal-entendidos, foi aberto processo administrativo em 2008 e se iniciou longo período de entendimentos e acordos de cooperação entre a Superintendência do Iphan no Acre, a UFPA, a UFAC, a USP, a Universidade de Helsinque, o CNA / Centro Nacional de Arqueologia (com Maria Clara Migliaccio, cuja morte todos lamentamos) e se organizaram várias ações em que foi capital a atuação da Profa. Denise Pahl Schaan, da UFPA e coordenadora do projeto de pesquisa de campo. Presto aqui também minha homenagem à professora, falecida no começo deste ano. O *Parecer Técnico* de Thiago Berlanga Trindade e Celma Souza, assim como a *Súmula da Proposta de Tombamento*, por Carolina Di Lello, resumem os relatórios de pesquisa apresentados. Minha principal referência, pois, foram o Parecer técnico e a Súmula, para me prover das informações necessárias ao presente Parecer de Relatoria.

CARACTERIZAÇÃO DO BEM

O termo geoglifo já era utilizado internacionalmente ao menos desde 1960 para designar o tipo de sítio que nos interessa. A denominação é espécie do genérico *earthworks* (todo tipo de obras de terra). Para distinguir de agroglifos (*crop circles*, marcas circulares deixadas pela cultura agrícola) é que se criou a nova palavra, combinando *geo*, em grego “terra” e *glyphós*, sulco, entalhe, inscrição. Não me parece razoável, como já proposto, substituir o termo; geoglifo é nomenclatura descritiva adequada, pois consegue unificar, pela tecnologia predominante (uso de valas, isoladas ou associadas a morretes para circunscrever figuras geométricas no solo) uma grande variedade de espécies. Trata-se, pois, de estruturas em que porções do terreno (predominando em áreas de interflúvio – terra firme, nascentes de igarapés e várzeas) são circunscritas por intermédio dessas valetas (os sulcos, gifos), eventualmente duplicadas ou acrescidas de pequenos muros. Excepcionalmente o interior é sobre-elevado. Os perímetros de circunscrição configuram formas geométricas: quadriláteros, retângulos, círculos (às vezes inscritos em quadriláteros), hexágonos, octógonos, sem contar algumas formas excepcionais, como em “U”..

Os geoglifos não ocorrem apenas do Brasil ou só na América do Sul (Maziero 2016) – onde foram assinalados na Bolívia (“zanjas circundantes”), Peru (principalmente as famosas Linhas Nazca) ou no Chile. Mas cabe acrescentar Estados Unidos, Reino Unido, Europa Central, Austrália, Cazaquistão, Jordânia e tantas outras localizações.

Os geoglifos brasileiros identificados encontram-se concentrados nos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, além de Mato Grosso, somando até o presente 818 – cifra que pode ainda crescer.

Os dados cronológicos são tópicos e ainda não há uma síntese cronológica (crítica) das datações pontuais obtidas, mas pode-se aventar que ocorreram aproximadamente entre 200 a.C. e 1300 d.C.

Funções

Várias interpretações dessas configurações têm sido apresentadas. Algumas devem ser descartadas de pronto, como as que pressupõem obra de alienígenas ou restos das trincheiras da Revolução Acreana de 1899 (disputa territorial do Acre entre Brasil, Bolívia e Peru), acontecimento histórico que ainda não desapareceu da memória popular.

Muitas funções instrumentais foram propostas: armadilhas para animais, canais para aproveitamento hídrico, sítios defensivos ou algo semelhante às “aldeias fortificadas” do Alto Xingu. Também se sugeriu, sem qualquer respaldo documental, serem áreas agricultáveis, ou então, “restritas às elites”. Não são, com certeza, áreas de habitação: nenhum sintoma está presente (com exceção no Mato Grosso).

Fala-se bastante, também, em “monumento” oferecido à divindade, com função preponderantemente ritualística. O termo “monumento” carrega duas conotações: a primeira, determinante, é o grande potencial de provocar percepção em escala aumentada, por suas dimensões, ornamentação, materiais, amplo acesso visual. A segunda diz respeito às funções, que a palavra mesmo explica: *moneo*, que é a matriz latina, significa chamar a atenção – e não se chama atenção com fala suave –, seja advertindo, seja aconselhando e persuadindo ou exibindo paradigmas de comportamento. O monumento votivo não escapa a essas duas conotações. Entretanto, os geoglifos acatam amplamente a primeira conotação; quanto à segunda, as inferências são menos disponíveis.

Por ora, o que se pode avançar é o que foi inferido da materialidade mesma do geoglifo. Trata-se, antes de mais nada, de um espaço circunscrito, confinado, quaisquer que sejam suas variações. Espaço circunscrito é espaço seccionado de seu contexto, fora de contexto, à parte, espaço outro. O interior isolado contém pouquíssimos vestígios arqueológicos, indicação de atividade esporádica, não permanente.

Ao mesmo tempo trata-se de um espaço de acesso interdito ou controlado – e de fato, a largura e profundidade dos valos não é de fácil transposição, menos ainda quando sobrepõem os montículos ou superposições. Esse duplo aspecto, seccionamento do contexto natural e interdição de acesso, permite uma aproximação com um conceito básico de sagrado, como sendo a alteridade do profano que, pela polaridade, exige que o sagrado tenha contato interdito ou controlado. Não é por nada que a parte de segredo (*secretum* quer dizer separado) seja considerável no campo religioso, em geral. Já se registrou que os Apurinã (um dos grupos contemporâneos na área), por recomendação de seus pais, evitam passar nas proximidades dessas estruturas.

A produção de espaços circunscritos na natureza, com a conseqüente criação de um dentro e um fora, também cria paisagens mentais e simbólicas, que têm despertado a atenção dos prehistoriadores (Romankiewicz, Fernández-Götz, Lock & Büchschütz, 2018) e fornecido pistas para ampliar suas significações possíveis: defesa, sistemas agrários, demarcações de território e assentamentos, lugares centrais, sítios funerários e

de culto aos ancestrais e outras atividades rituais, memória social, identidade. redes de comunicação.

Assim, não é improvável fosse esse um espaço reservado a rituais ou festas. O artigo de Pirjo Kristina Virtanen e Sanna Saunaluoma (2017) é que trouxe a melhor informação e os melhores argumentos para as significações simbólicas que poderiam ser associadas aos geoglifos amazônicos. As autoras, combinando dados etnográficos e arqueológicos do Alto Purus, observam como a história remota e a sociocosmologia estão profundamente “escritas” (*written*) na paisagem, na forma de obras de terra geométricas sulcadas do solo, que materializam interações entre atores não-humanos e humanos.

É interessante observar que considerar grafismos na paisagem como uma forma de escrita vem sendo uma constante na literatura arqueológica. Chadwick Allen (2015) é um dos autores que, tratando das obras de terra (*earthworks*) no atual território norte-americano, julga ser preciso ir além de considerações como arte, arquitetura e engenharia, sendo de ressaltar que são também sistemas de escrita nativos, com signos dispostos em padrões sistemáticos, conhecimento sistematicamente encodificado de tecnologias, práticas e performances. Mais que inscrever *em* superfícies, são tecnologias que transformam as rochas e o solo em roteiros escritos que se elevam da superfície da terra: “I argue that earthworks might be understood as forms of indigenous writing not simply *on* the land, but literally *through the medium of the land itself*” (p.129). Não vejo por que não poderíamos estender tal concepção aos geoglifos – sulcos feitos *com* terra, mais que *na* terra.

Por outro lado, a associação da escrita com formas geométricas também é mais que plausível. Genevieve von Petzinger (2018), deixando de lado imagens icônicas, como os cavalos e bisontes da arte rupestre, preferiu estudar os signos geométricos na arte parietal e em artefatos no Paleolítico Superior europeu. Diz ela que há uma verdadeira arte geométrica em pinturas rupestres e objetos da Era do Gelo, como possivelmente a primeira forma de comunicação humana *escrita*, a partir dos 32 signos abstratos (geométricos) que ela levantou: grades, pontos, triângulos, círculos, cuja presença foi registrada como frequentemente duas vezes maior que a de signos figurativos – o que reforça a hipótese de forma gráfica de comunicação.

Os signos geométricos seriam uma das mais claras indicações do mais remoto comportamento simbólico com que podemos trabalhar, fornece evidência robusta sobre o pensamento abstrato e a complexidade cultura já existente na pré-história e reforçam a hipótese de que também a imaginária animal e humana tenha outros significados que simplesmente icônicos.

Daí para falar de escrita na utilização da geometria para criar paisagens, parece um passo natural.

Por fim, é indispensável prestar atenção à presença quase sistemática de caminhos antigos associados aos geoglifos, unindo-os quando próximos num mesmo sítio, ou em escala territorial.

De todo modo somente quando houver pesquisas de caráter mais explicitamente territorial e locacional, que revelem associações dos geoglifos com os sítios de habitação e sítios funerários (e mais pesquisa no interior do espaço circunscrito pelas figuras e análises

espaciais e territoriais) é que se poderá ter maior clareza quanto a funções. Mais ainda: é muito provável que as funções possam variar entre os sítios e eventualmente regiões.

Não me compete produzir conhecimento novo sobre os geoglifos da Amazônia, mas tão somente avaliar a pertinência do pedido de tombamento como patrimônio cultural. Para tanto, é necessário começar com referência aos valores envolvidos.

VALORES

Valor cognitivo

Que valores podem qualificar os geoglifos? Para a avaliação do mérito relativo a tombamento, o primeiro e explícito valor dos geoglifos é de natureza cognitiva, isto é, a contribuição que eles têm trazido e podem ainda trazer para o conhecimento científico da ocupação das terras altas de parte considerável do território brasileiro, a Bacia Amazônica e dos modos de vida que o modelaram.

Antes de mais nada, a investigação já levada a cabo trouxe novos e poderosos argumentos -- como os impressionantes dados quantitativos reportados pelos geoglifos e o incomensurável investimento de conhecimento técnico, mão de obra, tempo e coordenação necessário para montar e manter as estruturas (e certamente o esforço de manutenção) - para, completando outros projetos de pesquisa na área, desfazer a camisa de força ecologicamente determinista de Julian Steward, que predominava entre nós, nas décadas de 1950-1970, reforçada pelos arqueólogos americanos Clifford Evans e sobretudo Betty Meggers. Esta afirmava que a “cultura da floresta tropical” não permitiria o desenvolvimento de sociedades ditas “complexas”, com alta densidade de população, redes de aldeias numerosas, agricultura e formas incipientes de estratificação social. Além disso, Meggers acreditava na rarefação e homogeneidade da ocupação das terras altas e no status puramente receptor da ocupação de várzea.

Eduardo Viveiros de Castro (2011) acrescenta outro ganho relevante, a introdução de um dado de conhecimento metodológico significativo: a investigação dos geoglifos provocou uma transformação da Ecologia cultural, que vem a significar não apenas “aspectos ecologicamente causados da cultura”, mas também “aspectos culturalmente construídos da ecologia”.

Os geoglifos também nos ensinam lições de sustentabilidade. Jennifer Watling (2017) pesquisou práticas agroflorestais relacionadas a nosso tema, que favoreceram o legado da biodiversidade. Em vez de queimar grandes áreas da floresta, os grupos dos geoglifos transformaram seu ambiente concentrando espécies vegetais economicamente valiosas, como palmeiras. Paralelamente, esta nova visão permitiu refutar o mito da floresta virgem. Carolina Levis (et al. 2017), examinando setores da mata manejados ao longo de gerações, percebeu, por exemplo, maior concentração e diversidade de árvores que podem ser fonte de alimento na área de captação dos assentamentos.

De todo modo, os registros arqueológicos, independentemente de sua expressão formal ou de outros interesses, são matéria-prima essencial para o conhecimento científico. Isto é, a Arqueologia brasileira tem condições de fornecer uma parcela apreciável de contribuição para o conhecimento de questões que são fundamentais no entendimento da dimensão temporal do homem – e não apenas para o levantamento concreto dos diversos assentamentos humanos que entre nós se sucederam. São questões que têm esse âmbito por causa do dilatado período de observação, permitindo acompanhar os fenômenos de

longa duração e, pela diversidade de ambientes em causa, captar um conjunto amplo de variáveis e seus mecanismos. Podem ser apontados como exemplos as estratégias de subsistência, os processos adaptativos (naturais e socioculturais – no caso da Amazônia, o manejo da biodiversidade, como as já mencionadas práticas agroflorestais), os movimentos migratórios de longo alcance, aspectos de mudança cultural, aculturação, deculturação, etc. etc. etc. Em resumo, define-se aqui um campo em que se pode sempre acrescer algo no entendimento de como os homens se organizam em sociedade, como a sociedade se articula e muda. Contudo, o que a bibliografia e os dados disponíveis permitem, é interpretação antes de caráter antropológico, que histórico propriamente dito.

É oportuno explicitar que o potencial cognitivo da Arqueologia, no campo das ciências humanas, fertiliza duas disciplinas: a Antropologia e a História, desenvolvendo aspectos sincrônicos na primeira, e diacrônicos na segunda, inclusive explorando as oportunidades excepcionais da longa duração. Nada impede que ambas as dimensões possam ser acionadas concomitantemente. Ocorre, porém, que nem sempre a informação arqueológica disponível (principalmente nas séries temporais e territoriais) é de molde a identificar a trajetória dos processos históricos. Infelizmente, é o caso dos geoglifos. Se já se produziram inferências capazes de contestar o antigo paradigma da ocupação da Amazônia, a dimensão sincrônica, de teor antropológico, é explicitamente dominante no presente no *Dossiê de Tombamento*, opção legítima.

Particularmente quanto ao sítio Jacó Sá – selecionado para tombamento, como se verá adiante), são apresentadas três datações, mas não se especifica se elas representam intervalo de cerca de 250 anos de ocupação ou contingências de amostra e métodos de datação. Cronologias vazias não fazem História. Seja como for – e sem tomar partido no debate entre sociedades frias e quentes – a documentação que me foi encaminhada ou a bibliografia a que tive acesso não revelam interesse por indagar possíveis transformações socioculturais ao longo do tempo, o que, reitero, é uma opção legítima pelo viés antropológico.

Para completar o que deve ser dito relativamente ao valor cognitivo: as muitas lições que o conhecimento dos geoglifos pode nos trazer na diferença em relação a nossas práticas e representações, obriga-nos, mais uma vez a aceitar que a humanidade conta com várias formas legítimas e respeitáveis de se realizar.

Valor identitário

Examinar o valor identitário dos geoglifos impõe uma leitura dupla: em relação aos sujeitos originários envolvidos e em relação a nós, aqui e agora.

Começemos pelos sujeitos originários. Primeira indagação: teriam os geoglifos qualquer conotação identitária? Estou certo que sim, embora sem confirmação documental. Contudo, pelo que geógrafos ou os chamados “antropólogos da vida” como Tim Ingold informam, o padrão ocidental da polaridade humanos / natureza (não-humanos) não é próprio das sociedades tradicionais.

Indagação seguinte: haveria grupos indígenas hodiernos que pudessem ser associados à população dos responsáveis pelos geoglifos? Mas quem eram estes responsáveis?

Atividades desenvolvidas pela Comissão Pró-Índio com a colaboração do Iphan, em 2016, promoveram visitas guiadas ao sítio de geoglifos Jacó Sá – objeto deste pedido de tombamento. Estiveram presentes representantes das etnias Puyanawa, Nukini, Nawa,

Arara Shawādawa, Ashaninka, Manchineri, Yawanawá e Huni Kuin. Percorreram o sítio, dando significado às feições nele encontradas, e designando-o como “Senen She Ni Pabu Hiwe Paunibu” (“quadrado onde os ancestrais viveram” em Hãtxa Kui, língua verdadeira dos Huni Kuin). Foi muito positiva esta aproximação do patrimônio indígena com os pesquisadores e entes públicos, em torno do que eles também chamaram de “tatuagens da terra”.

A expressão *tatuagem da terra* é mais que expressiva: a tatuagem é marca que alguém inscreve no que é mais seu, pessoal, explicitamente pessoal, o corpo – e aqui a terra funciona como extensão dele, para assinalar permanentemente significados que lhe são atribuídos (e que, infelizmente não estamos em condição de desvendar mais plenamente). Diz Paul Connerton (2011): “A pele é uma espécie de memória biográfica externa, um sistema de ‘lugares de memória’ embutidos para reconstrução da história da pessoa como um *locus* de eventos memorados e filiações culturais”. *A terra do geoglifo, quero crer, é a pele do espaço do nativo.*

A presença, em certos sítios de geoglifos, de cerâmica da Série Barrancoide e Tradição Borda Incisa, ensejou a hipótese de associação com áreas de ocupação histórica de populações do tronco linguístico Aruaque. O tamanho, a disposição, a forma aparente dos geoglifos remetem às aldeias circulares do Brasil Central ou as chamadas “aldeias fortificadas” do Alto Xingu, como em sítios do Mato Grosso em direção ao Alto Xingu. Falase numa diáspora Aruaque, cujas populações teriam saído de algum ponto desconhecido da Bacia Amazônica aproximadamente entre 2.500 e 1500 anos atrás (ca.482 a.C.--- 518 d.C), dispersando-se por vastas extensões do território amazônico, acarretando mudanças aceleradas, intensificação de contatos entre grupos, acompanhados de conflitos em escala regional e alterações da paisagem.

Pode ser que os Tacana, na Bolívia, e os Aruaque, no Brasil, sejam ascendentes de nossos nativos. Porém, não seria condição *sine qua non* a existência de uma *autêntica* continuidade, sem qualquer ruptura. A autenticidade não é uma essência.

O politicólogo Michael Oakeshott reflete sobre uma história exemplar, que não me canso de repetir. Sir John Cutler, membro da *gentry* (nobreza inglesa rural, sem grande patrimônio), carente de recursos, dispunha de um único par de meias de seda, constantemente usadas. Por isso, investia na manutenção, com remendos de algodão, mais barato que a seda. Tantos remendos ocorreram que toda a seda acabou substituída pelo algodão. O que houve? Um par de meias de seda que se foi e um par de meias de algodão que chegou? Não. O reconhecimento da identidade na mudança (eixo de referência) permitiu reconhecer a mesma meia “de seda” de Sir John.

A identidade, nesta instância, não diz respeito a uma essência vacinada contra a descontinuidade, mas a uma *equivalência socialmente atribuída e sancionada*. Na mesma linha, Lucie Morisset (2009) recomenda que se se atente sempre para os “regimes de autenticidade”. Já Pierre Bidart (1996: 377) acredita que “a mobilização cultural e política dos imaginários individuais e coletivos em torno desse capital simbólico (o patrimônio), considerado com veneração, responde e corresponde às novas modalidades de (re)constituição da unidade social. Não se trata tanto de religar o passado e o presente, mas de religar os indivíduos entre si, pela mediação patrimonial, dentro de crenças e conhecimentos comuns”. Genealogias imaginárias funcionam como genealogias de pleno

direito. E no caso, o divisor de águas não são as possíveis etnias, mas a *condição indígena* em geral: é o que, em nosso caso, permanece na mudança.

Quaisquer que sejam as funções dos geoglifos, o fato de delimitar um espaço do mundo natural sempre tem amplas implicações. O homem não é um ser abstrato, que viva em levitação, mas se enraíza em espaços determinados, espaços que vêm assim a funcionar como suporte de subsistência física e simbólica, espaços de comunicação, de inter-relação, de organização de sentido e, enfim, de fecundidade: terra matriz e motriz.

O homem “pertence” a um espaço. “Ser de um certo lugar” não expressa vínculo de propriedade, mas uma rede de relações. É o que certas línguas, o inglês principalmente, traduzem em termos específicos, como *belonging*. Se com a memória se realiza a dimensão temporal do homem, com a “pertença” / pertencimento, está em cena o conteúdo espacial da existência. Sou o que sou num espaço ocupado, habitado e, numa palavra, apropriado por muitos outros, muito antes de mim. Apropriar-se do espaço é uma forma de se definir.

A arte contemporânea, no que se convencionou chamar de *land art* nos anos 60 e seguintes do século passado, procurou esse mesmo tipo de apropriação manipulando aspectos da paisagem como matéria prima, inclusive produzindo verdadeiros geoglifos comparáveis aos nossos (Malpas 2013).

Se passarmos às questões identitárias em nosso aqui e agora, veremos que a primeira motivação a examinar diz respeito às raízes de nossa cultura. Seja como for, tanto os habitantes mais antigos de nosso atual território – incluindo as populações dos geoglifos – quanto aqueles que entraram em contato com os europeus, constituem horizonte radicalmente distinto daquele que a colonização vai constituir. Como insiste Darcy Ribeiro (2017), os grupos indígenas historicamente conhecidos (e, com maior razão, os pré-coloniais que só agora e aos poucos vêm sendo melhor conhecidos) estão presentes em nossa história por exclusão. Seja pelos diversos episódios caracterizáveis como genocidas, seja pelas políticas públicas desastrosas ou insuficientes, seja pela presença ainda marcante de preconceitos de toda ordem, em vários níveis e não só nos debates eleitorais – não temos consciência de nosso débito em relação aos que aqui nos precederam. À sociedade brasileira causam estranheza conceitos como o de “First Nations”, tão relevante no Canadá, na Austrália e nos Estados Unidos.

Não obstante, poderíamos apontar, para as faixas mais recentes de população nativa, “heranças” mais explícitas em vários domínios, além da contribuição genética e no campo linguístico, principalmente toponomástico: culinária, artesanatos como a cestaria ou a cerâmica, técnicas agrícolas, de caça, habitação e equipamento doméstico, práticas medicinais e assim por diante, mas disso tudo pouco ainda temos consciência.

Entre os franceses, cuja República investe na produção de um sentimento identitário forte, o culto aos antepassados se expressa também etnicamente: “nos ancêtres les Gaulois” é a expressão chave dos álbuns de Astérix, que já vi citada, com orgulho transbordante, por um guia oficial do Musée d’Archéologie Nationale de St.Germain-em-Laye. Nós, porém, no tecido múltiplo de fios que compõem nossas linhagens e no presentismo que costuma caracterizar uma sociedade civil ainda embrionária, não temos como dizer “nossos ancestrais os Tupi-Guarani” ou o equivalente.

Entretanto, os laços estão disponíveis e podem nos unir, no mesmo território, àqueles que, por primeiro, o ocuparam. Nessa linha, a informação arqueológica, dando a medida da

ação humana e do trabalho humano investido, confere uma espécie de selo de dignidade ao espaço em que nós, seus sucessores, estamos presentes. Independentemente, portanto, das diferenças e da distância, há uma trilha de identificação, que pode introduzir uma certa qualidade na vivência.

Há outro aspecto, que merece ser apontado como capaz de estabelecer vínculos afetivos nossos com os geoglifos e seus produtores e usuários.

Costuma-se dizer que os remanescentes materiais de nosso passado pré-colonial nada têm de espetaculoso, como aqueles que atraem enorme atenção na Mesoamérica ou nos Andes – para só falarmos de realidades mais próximas de nós. É verdade que alguns tipos de sítio, como os tesos de Marajó ou os sambaquis litorâneos, apresentam certo interesse visual, e alguns destes foram mesmo preservados para visitação. Contudo, deve-se ressaltar que a preservação arqueológica, entre nós, tem que se orientar prioritariamente pela dimensão cognitiva da pesquisa, já que a escavação arqueológica   paradoxalmente uma forma de desfazer, ao menos em parte, os próprios sítios arqueológicos.

Entre as exceções nessa relativa falta de atrativos populares, sem d vida a mais conspícua, estão os sítios rupestres, como os de vários pontos do Nordeste (principalmente o caso extraordinário daqueles do Piauí, sem ignorar uma lista que pode ser alongada). Também no que diz respeito aos artefatos podem ser feitas considerações comparáveis. Se há casos de interesse formal (como a cerâmica tapaj nica e a marajoara, ou os muiraquit s ou ainda os zo litos), a maioria nem sempre cria vínculos de afeição com os leigos. Essa qualificação, do estrito ponto de vista científico, não constitui demérito. Pelo contrário, favorece o conhecimento de padrões em que é o banal, o corriqueiro, a série, e não o excepcional, que contam. Certamente boa parte dessa produção (como a indústria l tica) revela excelente domínio da m teria-prima e de suas virtualidades e técnicas de fabricação, além de variabilidade de formas adaptadas às mesmas funções, ou então funções executáveis pela mesma forma. Trata-se, em síntese, é de um profundo saber-fazer, mas nem por isso seus produtos se distinguem como formas plásticas merecedoras de especial atenção.

Ora, a esse respeito os geoglifos vieram a trazer uma extraordinária contribuição, fornecendo não só formas monumentais, casos numerosos e ampla distribuição, caracterizando um fen meno de ocupação de grande amplitude – mas também capaz de despertar a atenção mesmo do não especialista – no mínimo como produtor de paisagens dignas de atenção.

Valor est tico

Os geoglifos são configurados rigorosamente segundo formas geométricas, principalmente o quadrilátero, o retângulo, o círculo. A Fenomenologia e a Psicologia têm ressaltado a significação das figuras geométricas percebidas como garantias de clareza e estabilidade – que o quadrado e o retângulo, sobretudo, podem propiciar. Já o círculo, por reproduzir a forma do sol e da lua, acresce cont udos cósmicos, além de expressar fortemente a centralidade que   componente material ou simbólico de todo assentamento e do comportamento territorial. Somos animais territoriais.

De sua parte, a extrema precisão com que são produzidas as figuras, apesar de suas dimensões e da dificuldade, durante sua produção, de apreensão visual no plano, indica uma intencionalidade forte em que está patente a presenç a tanto do valor instrumental (para

entrar em ação, como faz a circunscrição, obrigando à atitude da evitação), quanto, na mesma escala de importância, do valor expressivo, isto é, estético (para entrar em consciência, nesse aguçar da percepção sensorial).

Trata-se, pois de paisagem como transfiguração. A expressão é utilizada por Philippe Descola (2016), para caracterizar “a deliberada alteração da aparência, ao cabo da qual um sítio se torna o signo global de algo diverso do que era globalmente antes de se transfigurar, revelando e atualizando no processo alguns traços que já continha parcialmente”. Assim, no seu entender, a paisagem é fruto de uma intencionalidade expressa, moldada por humanos de maneira que, entre a diversidade de usos possíveis (utilitários, recreacionais, religiosos) possa funcionar também como um signo icônico no lugar de algo externo, ou seja, uma porção de espaço real ou imaginário.

Os casos de figuras inscritas em outras figuras ou aqueles em que há elevação do solo na área interna ou duplicações de perímetro mostram que a função instrumental (circunscrever) se realiza com meios que procuram expressivamente aprofundar um efeito, isto é, avivar a percepção e a consciência.

Entretanto, convém que tal apreensão, como ensina a antropologia, deva ser entendida como diversa da nossa. Wheatley (2014) aponta nosso vício na *cultura do mapa*. Nossa análise visual está baseada num conceito culturalmente específico que dificilmente seria semelhante ao de outras culturas no passado. Com efeito, privilegiamos a visão, em detrimento de outras percepções e do engajamento corporal com o mundo – que não separam a visão dos demais sentidos. O fundamento é a clássica Psicologia Ecológica de James J. Gibson, que salienta, na locomoção desimpedida, a acuidade do ver, cheirar, tocar e ouvir substâncias na percepção de contexto.

Daqui se pode partir para a estreita associação entre paisagem e movimento. Caminhar, por exemplo, é “fazer paisagem”. É assim que Kenneth Olvig (2016), ao distinguir a ação sobre a paisagem (*performing on the landscape*) da ação que fabrica paisagem (*doing landscape*), esclarece como a sensação de pertencer a um território tem no caminhar um fator relevante. Com efeito, pode-se “pertencer” a uma terra, ou a terra pode nos “pertencer”. No primeiro caso, diz Olvig, o sentimento de pertença é induzido pelo movimento de ambos os olhos bem abertos, ao passo que, no segundo sentido, a indução é devida à visão monocular possessiva, ao olhar do capataz, à perspectiva do pintor ou do turista, com a lente monocular da câmera.

A geometria também interfere na apreensão do espaço pelo movimento. Um exemplo que nos interessa é oferecido por Tilley (1994): entrar dentro de um espaço quadrado circunscrito diverge de entrar em um espaço circular: não apenas movendo-se de um ponto a outro, mas ensejando transformação e incorporação das qualidades de algum outro ente (não-humano).

Valor pragmático

O valor pragmático deriva do interesse popular já demonstrado, principalmente no tocante ao Acre, com acesso fácil assegurado aos sítios de maior visibilidade, informação abundante, presença recorrente de notícias e matérias em jornais, revistas e blogs. Não é assim de estranhar a existência de rotas turísticas institucionalizadas, bem como de práticas enraizadas de balonismo e sobrevoos em aeronaves de turismo arqueológico.

O turismo se apresenta, pois, como uma atividade capaz de funcionar na compensação às restrições que o tombamento pode acarretar aos proprietários dos terrenos, favorecendo também a preservação. É um recurso legítimo, mas que deve se desenvolver com certa cautela, evitando os desvios do chamado turismo cultural. Menciono apenas um dos problemas que tem sido apontado: a própria ideia de passado arqueológico que caracteriza a demanda habitual do turista e a resposta que lhe é fornecida (mais grave nos museus). Ian Russell (2006: 38-42), por exemplo, recolhendo a experiência internacional, aponta como o turismo pode gerar imagens que representem o passado e substituam as representações que poderiam ser fornecidas pelo conhecimento arqueológico nos seus vetores diretos, concretos, empíricos do sítio, do território, dos artefatos. “O apelo popular da arqueologia”, diz ele, “frequentemente se funda em sua habilidade em mascarar sua própria modernidade no fornecimento de experiências emotivas, didáticas e escapistas do passado. Dessa forma, o sucesso econômico e o apelo popular da disciplina se fundam, basicamente, em concepções errôneas e suposições sobre o que é a arqueologia e o que a arqueologia efetivamente realiza”. O modelo aventureiro e pop de Indiana Jones é cativante, mas deve ser ignorado.

Valor ético (político)

Se, à primeira vista, este valor parece mais afastado do objeto em tela, a uma análise mais profunda ele se revela como de importância significativa, em especial quando o problema considerado é a preservação.

Por ético, é bom desde logo entender a relação com o outro, e por “político”, aquilo que diz respeito à *pólis*, à cidade governada por seus cidadãos; portanto ao bem comum.

Ora, boa parte do patrimônio arqueológico brasileiro tem desaparecido em virtude já da ação natural, como a erosão; já, ainda, da intervenção, às vezes bem intencionada, mas sempre negativa, de amadores, já pela simples inconsciência; já, enfim, e sobretudo, pela execução de obras de grande porte, como barragens, hidrelétricas, estradas, que têm deixado marcas arrasadoras de sua presença. A tradição remonta ao passado: basta lembrar o desmonte sistemático e em grande escala dos sambaquis (aproveitados, desde o século XVI, conforme o testemunho de Frei Gaspar da Madre de Deus, para extração da cal e, até não muito tempo atrás, para fabricação, com as conchas que os constituem, de corretores de solo ou rações balanceadas para galinhas (Muitos de nós que comeram frangos da Baixada Santista ainda na década de 1960, talvez tenham digerido parte de seu próprio passado pré-colonial...)). Semelhantemente, na extração de calcário, sofreram danos irreparáveis as pinturas, gravuras e sinalizações rupestres em diversos pontos do país, às vezes também por inclinações narcisísticas, outras, por puro vandalismo.

O caso particular dos geoglifos se vê agravado pelo progresso aceleradíssimo de uma agropecuária muitas vezes predadora, em que gado, soja e desmatamento se aliam para o lucro particular mesmo com o sacrifício do que deveria ser um bem comum.

Essa situação – que aliás reflete comportamento corrente no campo do patrimônio cultural em geral – é grave sobretudo porque constitui sintoma de uma sociedade em desequilíbrio.

PRESERVAÇÃO



O referencial normativo do tombamento arqueológico é múltiplo. O art. 216 da Constituição Federal, assim como o ainda indispensável Decreto-Lei 25/1937 mencionam explicitamente o valor arqueológico como merecedor de proteção. Aliás, a Constituição inclui os sítios arqueológicos entre os bens da União, devendo ser protegidos pelas três esferas federativas.

O Decreto-Lei, porém, especifica o caráter *excepcional* que deve ter o tombamento dessa categoria. É o que explica a escassez dos bens tombados: Sambaqui do Pindaí (São Luís MA), Inscrições pré-históricas do Rio Ingá PB, Sambaqui da Barra do Rio Itapitanguí (Cananeia SP), Parque Nacional da Serra da Capivara PI (como sítio arqueológico e paisagístico), Lapa da Cerca Grande (Matozinhos MG). Há 11 pedidos em processo de instrução e outros 12 que já foram indeferidos.

De suma importância é a Lei 3.924/1961, sobre proteção aos “monumentos arqueológicos e pré-históricos”. Há quase seis décadas, portanto, o patrimônio arqueológico estaria automaticamente protegido, tornando o tombamento supérfluo ou quase um ônus – e sem as vantagens já garantidas pela lei – cujas deficiências estão na sua aplicação, principalmente nas instâncias burocráticas pertinentes e na falta de vontade política por parte da maioria dos entes públicos responsáveis.

Mais que tudo, sob um aspecto, o tombamento pode ser negativo, quando houver pesquisa importante ainda a realizar, já que o instrumento legal de proteção impede qualquer “mutilação” do bem tombado. Acontece que a pesquisa de campo arqueológica, como já aludido, destrói necessariamente parte considerável de seu registro, para dele obter as informações necessárias. Os dados arqueológicos são de natureza espacial (determinando, inclusive, as escalas temporais), mas a escavação, para obter as articulações de estados simultâneos e sua sucessão, precisa desfazê-las – ainda que haja preocupação em reservar testemunhos para pesquisa futura. Resta dizer, ainda, que o monitoramento pós-tombamento impõe obrigações permanentes entre as partes envolvidas, que geram grande atividade por parte das agências de proteção.

Apesar de todas estas restrições, julgo plenamente aceitável a proposta de escolher um caso singularizado em que o tombamento reconhecesse emblematicamente a relevância de toda a categoria e assim favorecesse a mobilização de recursos protetores de todos os tipos – e principalmente as forças do poder público nas três esferas, bem como das comunidades envolvidas.

Nesses termos é que os proponentes do tombamento decidiram iniciar um processo seletivo, ao longo do qual os interesses, critérios e problemas ficaram mais claros e eficazes.

As pesquisas para selecionar os exemplares a serem encaminhados para o tombamento partiram de um universo de 410 sítios, reduzidos a 105 por Denise Pahl Schaan e posteriormente a apenas 4: Baixa Verde, Jacó Sá, Tequinho e Piçarreira. Numa última etapa, foram aplicados critérios de facilidade de acesso ao bem, paisagem do entorno, interesse do proprietário, interesse da população e entes públicos (este item ficou sem resposta), existência de pesquisas científicas, potencial de exploração turística, estado de conservação. Como resultado final foi contemplado o sítio Jacó Sá. A escolha me pareceu adequada.

O sítio de geoglifos Jacó Sá



Quanto aos demais, no campo cognitivo, somente aquilo que responde a uma questão histórica que lhe é formulada é que se pode dizer documento histórico. Ignoro questões históricas que já tenham sido colocadas aos geoglifos (mesmo levando em conta a quebra do superado paradigma obsoleto da ocupação amazônica, pois o paradigma que a ele se contrapõe ainda é de marca antropológica). Especificamente quanto ao geoglifos do sítio Jacó Sá, nada consta na documentação posta à minha disposição. Realçar o valor histórico de um documento cuja história ignoramos (até mesmo porque ainda não são favoráveis as condições de explorar seu potencial cognitivo – cujo alcance, aliás, sequer definimos) não me parece sensato. Se, no futuro, tal potencial puder ser efetivado, nada obsta a, então, averbar o registro de tombamento no Livro do Tombo Histórico.

A história dos povos que construíram e operaram os geoglifos e o que aconteceu com eles ao longo do tempo ainda está inteiramente por fazer. Isso, porém, não diminui em nada a escala do mérito arqueológico (antropológico). Embora ainda dominados pela caracterização material (englobando fatores espaciais), e sem estudos comparativos que conduzam a sínteses consistentes o valor arqueológico (antropológico) não deixa dúvidas em aberto quanto à sua prevalência.

Enfim, não sendo o valor histórico um título honorífico, nem sendo os Livros de Tombo meros registros de amanuense, é necessário que a terminologia responda a sentidos e critérios precisos. Caso contrário, tudo aquilo que diz respeito aos Livros de Tombo das Belas Artes e das Artes Aplicadas, também se candidataria à inscrição como documento histórico no Livro de Tombo Histórico, etnográfico e paisagístico.

* * *

O exposto até aqui permite sintetizar as seguintes referências:

- a) O surgimento casual dos sítios de geoglifos deslançou, em apenas quatro décadas uma inversão de paradigma no conhecimento arqueológico da Amazônia brasileira, iluminando amplos aspectos da ocupação do futuro território nacional. Os projetos de pesquisa estão longe do esgotamento. Ao contrário, há garantia de continuidade pelo número de pesquisadores e instituições envolvidas, de trabalhos já publicados, em curso ou em projeto.
- b) O interesse estético produzido por essas estruturas é de grande raridade no registro arqueológico brasileiro, atributo que já está sendo reconhecido.
- c) A atração popular, juntamente com o envolvimento de comunidades indígenas, demonstra o potencial identitário desse tipo de bem, por representar modos de viver facilmente apreensíveis e que têm algo a nos dizer – a nós também. E, sem dúvida, manifestam grande potencial de agregação.
- d) As condições favoráveis dos geoglifos a uma fruição de amplo acesso, que inclui o turismo bem orientado, são reais e comprováveis.
- e) A necessidade de obter, pelo tombamento de uma *unidade exemplar*, uma eficaz ponta de lança que permita fortalecer ações concertadas contra as ameaças de destruição generalizada de toda uma categoria importantíssima de estruturas arqueológicas, encontra no geoglifo selecionado todos os atributos exigíveis. O tombamento desse geoglifo exemplar, portanto, produziria um emblema estratégico de reconhecimento da importância



do tipo de sítio arqueológico e alimentaria a união de todas as forças interessadas na preservação do patrimônio arqueológico da Amazônia.

É com base nessas referências que não hesito em submeter à Sra. Presidente e aos demais Conselheiros meu parecer favorável ao tombamento do geoglifo de círculo inscrito em quadrado, situado no sítio Jacó Sá (Rio Branco AC), devendo ser registrado no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Belém, 9 de novembro de 2018

ULPIANO T. BEZERRA DE MENESES

Conselheiro

REFERÊNCIAS CITADAS:

- Allen, Chadwick, Re-scripting indigenous America. In: Birgit Däwes, Karsten Fitz & Sabine N. Meyr, eds., *Twenty-first century perspective on indigenous studies*. Native North America in (Trans)motion. New York: Routledge, 2015: 127-147.
- Bidart, Pierre, Ordo rerum. In: Yvon Lamy, org., *L'alchimie du patrimoine*. Talence, Eds. de la Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1996.
- Connerton, Paul, *The Spirit of Mourning: History, Memory and the Body*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- Descola, Philippe, Landscape as transfiguration, *Suomen Antropologi*, v.41 (1): 3-14, spring 2016.
- Holst, Mads, At. The religious effects of barrow building in the Nordic Bronze Age. In: Lisbeth B.Christense & Jesper T. Jensen, eds., *Religion and material culture*. Studying religion and religious elements on the basis of objects, architecture, and space. Turnhout, Brepols, 2017: 227-252
- Ingold, Tim, *The perception of the environment: Essays in livelihood, dwelling and skills*. London: Routledge, 2000.
- Levis, Carolina et al (2017), Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition, *Science*, v.355 (6328): 925-931, 2017
- Malpas, William. *A complete guide to landscape, environmental, earthworks, nature, sculpture and installation art*. Maidstone: Crescent Moon, 2013.
- Maziero, Dalton Delfini. *Sacralizando o solo*. O uso simbólico e prático dos geoglifos sul-americanos. São Paulo: Scortecci, 2016.

- Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. A identidade da Arqueologia brasileira. *Estudos Avançados*, 29 (83): 19-23, 2015.
- Morisset, Lucie K., *Des régimes d'authenticité*. Essais sur la mémoire patrimoniale. Québec: Presses Universitaires du Québec, 2009.
- Oakeshott, Michael, *On history and other essays*. Carmel: Liberty Fund, 1999.
- Olvig, Kenneth R., Performing on the landscape versus doing landscape: perambulatory practice, sight and the sense of belonging. In: Ingold, Tim & Vergunst, Jo Lee, eds., *Ways of walking*. Ethnography and practice on foot. London: Routledge, 2016: 81-92.
- von Petzinger, Genevieve, *The first signs*. Unlocking the mysteries of the world's oldest symbols. Toronto: Atria Books, 2018
- Ribeiro, Darcy, *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno, 7a.ed.. São Paulo: Global, 2017
- Riegl, Alois, *O culto moderno dos monumentos*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- Romankiewicz, Tanja; Fernández-Götz, Manuel; Lock, Gary & Büchsenschütz, Olivier, eds., *Enclosing space, opening new ground*. Iron Age Studies from Scotland to Mainland Europe. Oxford: Oxbow Books, 2019.
- Russell, Ian, *Images, representations and heritage*. Moving beyond modern approach to Archaeology. New York: Springer, 2006. *A inconstância da alma selvagem*.
- Schaan, Denise P., *Sacred geography of ancient Amazon*. Historical ecology of social complexity. New York: Routledge, 2012.
- Tilly, Christopher, *A phenomenology of landscape*. Places, paths and monuments. (Explorations in Anthropology). Oxford: Berg, 1994
- Virtanen, Pirjo Kristina & Saunaluoma, Sanna, Visualization and movement as configurations of human-nonhuman engagements: Precolonial geometric earthwork landscapes of the Upper Purus, Brazil, *American Anthropologist*, v.119, n.4: pp.614-630, 2017
- Viveiros de Castro, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. E outros ensaios de antropologia. São Paulo: CosacNaify, 2011. pp.325-337,
- Watling, Jennifer et al., Impact of pre-Columbian 'geoglyph builders on Amazonian forests, *PNAS*, v. 114 (8): 1868-1873, 2017.
- Wheatley, David, Connecting landscapes with built environments: visibility analysis, scale and the senses. In: Paliou, Eleftheria; Lieberwith, Undine & Polla, Silvia, eds. *Spatial analysis and social spaces: interdisciplinary approaches to the interpretation of Prehistoric Archaeology*. Berlin: De Gruyter, 2014: 115-134.